

# V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: "Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão"



### CONSTITUIÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS DO INTERIOR DO NORDESTE: A DISSEMINAÇÃO PARA OUTROS CONTEXTOS

Weyne Saraiva Bezerra Neto<sup>1</sup>, Silvana Nunes de Queiroz<sup>2</sup>

#### 1. Introdução

Somente com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e políticas de incentivos fiscais, a partir dos anos 1970, alguns estados do Nordeste crescem, mas concentrado em poucas capitais. Um dos objetivos da estratégia desenvolvimentista do II PND era atenuar as desigualdades regionais por meio da desconcentração da indústria do eixo Sul-Sudeste em direção a periferia nacional (Norte e Nordeste), e formar mercados regionais em áreas menos desenvolvidas (AZONI, 1986).

Paralelamente a execução do II PND, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Metropolitana do Recife (RMR) e Região Metropolitana de Salvador (RMS) foram instituídas pela lei complementar nº 14 de 1973. Desde a sua criação se destacam como metrópoles regionais do Nordeste (Bitoun et al., 2006), devido ao elevado contingente populacional, urbanização e importância econômica na região.

Por sua vez, a Constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo 25, atribuiu aos Estados a competência para instituir Regiões Metropolitanas (RMs), aglomerações urbanas e microrregiões, a fim de garantir a integração do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum dos municípios integrantes (BRASIL, 1988).

Assim, assistiu-se à proliferação de RMs pelo país, notadamente no interior do Nordeste (Quadro 1), concomitante com a reconfiguração locacional da indústria (Azzoni, 1986), políticas estaduais de incentivos fiscais (Silva Filho, Queiroz, 2009), interiorização do ensino superior e profissional (Fusco, Ojima, 2017) e de atividades da administração pública estadual, crescimento do comércio, turismo e prestação de serviços, com impactos positivos sobre a geração de emprego a partir dos anos 2000 (REMY, QUEIROZ, SILVA FILHO, 2011).

Nesse cenário, é pertinente saber se as Regiões Metropolitanas do Interior do Nordeste (RMINEs) de fato deveriam ter sido criadas, ou seja, se têm características/perfil para tipificar como uma metrópole. Para tanto, fez-se uso da literatura especializada e dos quantitativos populacionais e número de municípios incorporados, assim como os critérios para sua constituição.

<sup>1</sup> Universidade Regional do Cariri, e-mail: wheynnerb@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Regional do Cariri, e-mail: silvana.queiroz@urca.br

# V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: “Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão”

ISSN 1983-8174

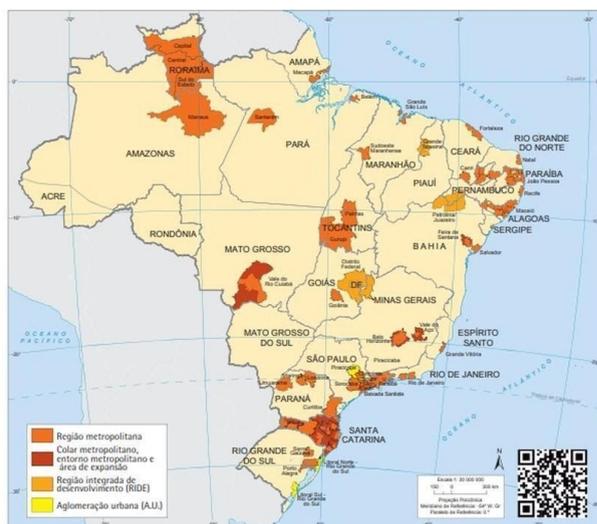


## 2. Objetivo

Identificar se as Regiões Metropolitanas do Interior do Nordeste (RMINEs) apresentam características para serem qualificadas como tal.

## 3. Metodologia

As vinte e três Regiões Metropolitanas do Interior do Nordeste (Mapa 1), composta por duzentos e sessenta e cinco municípios e uma população de quase 6,2 milhões de habitantes em 2019 (Quadro 1), são a área de estudo deste trabalho.



**Mapa 1: Localização das Regiões Metropolitanas no Brasil**

Fonte: IBGE (2016).

Quanto as fontes de informações, destaca-se os microdados do Censo Demográfico 2010, levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM).

## 4. Resultados

O Quadro 1 apresenta as RM's que compõem o foco do presente estudo, situadas no Interior do Nordeste e criadas a partir da primeira década do século XXI. É importante frisar que em 2019 o Brasil possui setenta e quatro (74) regiões metropolitanas<sup>3</sup>, sendo que o Nordeste lidera com 31, onde oito

<sup>3</sup> As oito primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil foram criadas pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973, com o objetivo de “promover o planejamento integrado e a prestação de serviços comuns de interesse metropolitano” (SOUZA, 2003, p. 137). Assim, foram criadas as RM's de São Paulo,

# V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: "Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão"

ISSN 1983-8174



(08) estão nas capitais e 23 no interior. Portanto, no caso das Regiões Metropolitanas do Interior do Nordeste (RMINEs), conforme o Quadro 1, em 2005, foi criada a primeira no Maranhão (RM do Sudoeste Maranhense) e, em 2016, a mais recente no Ceará (RM de Sobral).

**Quadro 1 – Regiões Metropolitanas do Interior do Nordeste (RMINEs), ano de criação, número de municípios e população**

UF	Região Metropolitana (RM)	Ano de Criação	Nº de municípios (ano de criação)	Nº de municípios (2019)	População (ano de criação)	População (2019)
MA	RM do Sudoeste Maranhense	2005	8	8	324.858	360.192
CE	RM do Cariri	2009	9	9	560.308	609.358
	RM de Sobral	2016	18	18	489.265	497.515
PB	RM de Campina Grande	2009	23	19	502.159	640.501
	RM de Guarabira	2011	17	20	183.574	250.457
	RM de Patos	2011	24	24	220.931	237.568
	RM de Cajazeiras	2012	15	15	168.822	177.393
	RM de Esperança	2012	9	9	134.794	141.755
	RM do Vale do Piancó	2012	17	18	140.792	148.646
	RM de Barra de Santa Rosa	2012	8	8	77.910	104.887
	RM de Itabaiana	2013	12	12	135.098	136.602
	RM de Sousa	2013	9	9	115.549	117.399
	RM de Araruna	2013	6	6	66.584	67.781
	RM do Vale do Mamanguape	2013	9	9	118.017	121.631
AL	RM do Agreste	2009	20	15	478.529	510.215
	RM da Zona da Mata	2011	16	15	316.359	302.033
	RM do Vale do Paraíba	2011	13	12	158.141	160.893
	RM de Caetés	2012	5	5	207.874	226.080
	RM de Palmeira dos Índios	2012	7	7	151.994	157.389
	RM do São Francisco	2012	5	5	125.498	130.829
	RM do Sertão	2012	7	7	152.661	160.758
	RM do Médio Sertão	2013	9	9	150.180	150.037
BA	RM de Feira de Santana	2011	6	6	680.425	741.176
<b>Total</b>	<b>23</b>		<b>272</b>	<b>265</b>	<b>5.660.322</b>	<b>6.151.095</b>

Fontes: Organização própria, a partir do FNEM Brasil e IBGE.

Assim, em onze anos (2005 a 2016), o interior do Nordeste, precisamente em cinco estados (Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Bahia), foram instituídas 23 RMs, liderando esse número no país. A população aumentou de 5.660.322 para 6.151.095 pessoas, enquanto o número de municípios diminuiu de 272 para 265, entre 2005 até 2019, respectivamente. Nesse contexto, quatro metrópoles (Campina Grande, Agreste, Zona da Mata e Vale do Paraíba), em sua maioria, no estado de Alagoas, diminuem a quantidade de municípios, e duas o seu contingente populacional, como foi o caso da RM da Zona da Mata e a RM do Médio Sertão.

Em termos estaduais, sozinha, a Paraíba possui 11 RMs, sendo o estado que mais detém metrópoles no Brasil. Também é expressivo o número de metrópoles em Alagoas, com um total de oito. É perceptível nesses dois estados, uma 'explosão' no que se refere ao quantum de RM's institucionalizadas. Sendo que algumas apresentam decréscimo populacional ao longo dos anos e, a maioria, possuem menos de 200.000 mil

Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Já a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi criada pela Lei Complementar Federal nº 20, de 1º de julho de 1974.

# V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: "Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão"



habitantes. Nesse sentido, apesar do conceito de Região Metropolitana ser complexo e divergente. Freitas (2009) faz um apanhado e conclui que os princípios e referenciais para a caracterização de uma região metropolitana, são eles: elevada concentração populacional, conurbação, alto grau de urbanização, polarização dentro de uma rede de cidades, destaque no cenário estadual e nacional, existência de relação funcional de interdependência.

Assim, surge o questionamento: como RM's que não possuem tais características são instituídas? Gurgel (2017) apresenta elementos que respondem a tal pergunta. Inicialmente, constata-se a existência de diversos processos de metropolização, podendo ocorrer cada qual da sua maneira. A comparação desses processos com os que ocorrem em grandes centros se torna, cada vez mais, infundados, por apresentarem cenários e condições singulares, levando em conta também interesses políticos.

No caso da Paraíba, o contingente de RM's instituídas em quatro anos, entre 2011 a 2013, foram 11, e conforme Miranda et al. (2017), quase todas através de Lei Complementar por Deputados, ex-prefeitos e candidatos a prefeito nos municípios-sede das mesmas. As RM's de Araruna e Barra de Santa Rosa que, possuem números de habitantes bastantes inferiores as demais (Quadro 1), não possuíam sequer Órgãos e Instrumentos de Planejamento especializados.

### 5. Conclusão

- Constata-se que, em muitos dos casos, a criação das Regiões Metropolitanas do Interior do Nordeste (RMINEs) ocorreram sem atender os requisitos básicos;
- Notadamente, as RM's do estado da Paraíba e Alagoas, em sua maioria, parece que não passaram por uma análise técnica/científica e minuciosa dos requisitos para serem criadas, ao contrário, prevalece a disseminação para outros contextos, como a vontade política/governamental, interesses locais e particulares, resultando na criação das mesmas;
- Predomina a busca pela valorização local (município/região), atração de recursos governamentais, deixando de lado a observância de características tidas como essenciais para que fossem instituídas.

### 6. Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de Iniciação Científica e, com isso, me proporcionar aprendizado e colaborar com a pesquisa científica brasileira.

# V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: "Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão"



### 7. Referências

AZZONI, C. R. Indústria e Reversão de Polarização no Brasil. São Paulo, IPE/USP, 1986.

BITOUN, J. Estatuto da Cidade e Planos Diretores: Possibilidades para a Melhora das Cidades e Importância da Mobilização da Cidadania Local. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia; SOUZA, Maria Ângela A. (Org.). Cadernos Observatório PE. Recife, v. p. 1-128, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FREITAS, RUSKIN. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. Revista Hum@nae, v.1, n.3, p. 44-53. Dez. 2009. Disponível em: <<http://humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/download/54/29>>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

FUSCO, W; OJIMA, R. Educação e desenvolvimento regional: os efeitos indiretos da política de descentralização do ensino superior e a mobilidade pendular no estado de Pernambuco. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 13, p. 247-263, 2017.

GURGEL, Ana Paula Campos. As metrópoles do interior do Nordeste: a caracterização de um tipo metropolitano regional. Revista Caderno Metrópole, v. 19, n. 40, p. 841-864. Set-Dez 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cm/v19n40/2236-9996-cm-19-40-0841.pdf>>. Acesso em: 28 de Outubro de 2020.

REMY, M. A. P. A. ; QUEIROZ, S. N. de ; SILVA FILHO, L. A. . Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008. Revista da ABET (Impresso), v. X, p. 57-78, 2011.

SILVA FILHO, L. A. ; QUEIROZ, S. N. de . O Fundo de desenvolvimento industrial do Ceará como política de atração e desconcentração da indústria da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF. In: III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - ENAPEGS. Petrolina, 2009.

SOUZA, C. . Regiões Metropolitanas: Condicionantes do Regime Político. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 59, p. 137-158, 2003.